



EXPANSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM MINAS GERAIS E O CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO¹

EXPANSION AND TERRITORIALIZATION OF THE AGROINDUSTRY OF SUCROENERGETIC SECTOR IN MINAS GERAIS AND THE CONTEXT OF THE SOCIAL STRUGGLES IN THE FIELD

EXPANSIÓN Y TERRITORIALIZACIÓN DE LAS AGROINDUSTRIAS DEL SECTOR SUCROENERGÉTICO EN MINAS GERAIS Y EL CONTEXTO DE LUCHAS SOCIALES EN EL CAMPO

João Cleps Junior

Universidade Federal de Uberlândia – UFU/ Laboratório de Geografia Agrária

E-mail: jcleps@ufu.br

RESUMO

A crescente demanda mundial de combustíveis alternativos tem ampliado a expansão da produção de agrocombustível no Brasil, em especial do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando a produção nos últimos dez anos para os cerrados e novas áreas (fronteiras) do Centro-Sul do Brasil. O Estado de Minas Gerais e particularmente a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem assumido papel de destaque no processo, estimulado pelas políticas públicas, infraestrutura existente, disponibilidade hídrica e preço das terras favoráveis à instalação de novos empreendimentos do setor sucroenergético. Das 48 unidades do setor sucroenergético atualmente existentes no estado cerca, cerca de 31 estão situadas nesta região. A partir das questões, o texto busca fazer uma avaliação dos efeitos da expansão da produção canieira no contexto do aumento dos conflitos socioterritoriais e da concentração de capitais e de terras.

Palavras chave: Agrocombustível, cana-de-açúcar, concentração de terras, conflitos no campo, agricultura familiar camponesa, Minas Gerais.

ABSTRACT

The growing global demand for alternative fuels has expanded the expansion of agrofuel production in Brazil, especially ethanol from sugarcane, expanding production in the last ten years for the cerrado and new areas (borders) of the Center- South of Brazil. The State of Minas Gerais and particularly the region of the Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba has assumed a prominent role in the process, stimulated by public policies, existing infrastructure, water availability and land prices favorable to the installation of new ventures in the sugar-energy sector. Of the 48 units in the sugar and ethanol sector currently in the state, around 31 are located in this region. From the questions, the text seeks to evaluate the effects of the expansion of sugarcane production in the context of increased socio-territorial conflicts and the concentration of capital and land.

Key words: Agrofuel; sugar cane; Land concentration; Conflicts in the countryside, peasant family farming; Minas Gerais.

RESUMEN

La creciente demanda mundial de combustibles alternativos ha aumentado la expansión de la producción de agrocombustibles en Brasil, en particular del etanol a partir de caña de azúcar, expandiendo la producción en los últimos diez años para los Cerrados y para nuevas áreas (fronteras) en el Centro - Sur de Brasil. El Estado de Minas Gerais y en particular la región del Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ha asumido un papel destacado en el proceso, estimulado por las políticas públicas, infraestructura, disponibilidad hídrica y precio de las tierras favorables a la

¹ Este trabalho é parte dos resultados de pesquisas sobre a problemática da produção de agrocombustível, questão agrária e camponato em Minas Gerais, abrangendo diversas modalidades de financiamento desenvolvidas entre 2012 a 2016, destacando-se: 1) Projeto “Território e Agronegócio em Minas Gerais: produção de agrocombustível e disputas territoriais”, apoiado pela FAPEMIG pelo Edital Demanda Universal - 01/2012; 2) Projeto de Pesquisa “Agricultura Familiar, Agronegócio e Território: as novas faces da modernização do campo e os rumos do mundo rural mineiro” - CNPq/ Edital/Chamada Universal 14/2013; 3) Projeto Edital Universal FAPEMIG 02/2015 – Programa Pesquisador Mineiro – PPM IX (Pesquisador A) e 4) Projeto Bolsa Produtividade em Pesquisa PQ-CNPq/Edital 2015.

instalación de nuevos emprendimientos del sector de generación de etanol. De las 48 unidades de la industria de la caña de azúcar que existe actualmente en el estado, cerca de 31 se encuentran en esta región. A partir de las cuestiones, el texto tiene como objetivo hacer una evaluación de los efectos de la expansión de la producción en el contexto del aumento de conflictos socio-territoriales y de la concentración de capitales y tierras.

Palabras clave: Agrocombustibles, caña de azúcar, concentración de la tierra, conflictos en el campo, agricultura campesina, Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

Este texto foi elaborado a partir de pesquisas relacionadas à temática do agrocombustível e da questão agrária na região dos cerrados de Minas Gerais e objetiva analisar o movimento de expansão recente da produção canavieira que tem provocado a concentração de capitais e de terras com efeitos na agricultura familiar camponesa e conflitos socioterritoriais e da luta pela Reforma Agrária.

A problemática básica envolve a produção de agrocombustível, que tem se convertido numa questão político-ideológica e um dos elementos principais da discussão da atual questão agrária. O ponto de partida são as ações práticas e discussões que vêm sendo estabelecidas nesta primeira década do século XXI, por meio das políticas públicas, pela academia e a mídia, sobretudo, as quais imputa-se à agricultura o compromisso de garantir o superávit da balança comercial e, para tanto, converte-se em um negócio regulado pelo lucro e pelo mercado mundial.

As ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial cuja meta é responder quantitativamente à inserção subalternizada e dependente do Brasil no capitalismo monopolista. Em termos de políticas públicas, valorizam-se as ações do agronegócio, modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora, e voltada para a integração com os mercados alimentares e de exportação. Neste modelo, evidencia-se um processo de integração dos diferentes conjuntos de sistemas de produção, dentre eles os de produção agrícola, de insumos, de máquinas e equipamentos, de distribuição, de comercialização, dos mercados, das operações financeiras.

A crescente demanda mundial de combustíveis alternativos tem ampliado a expansão da produção de agrocombustível no Brasil, em especial do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando a produção nos últimos dez anos para os cerrados e novas áreas (fronteiras) do Centro-Sul do Brasil. O Estado de Minas Gerais e particularmente a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem assumido papel de destaque no processo, estimulado pelas políticas públicas de expansão da produção, infraestrutura existente, disponibilidade hídrica e preço das terras favoráveis à instalação de novos empreendimentos do setor sucroenergético.

Face ao processo, neste breve estudo buscaremos apontar as principais relações e implicações da produção de agrocombustível e seus efeitos relacionados ao aumento dos conflitos socioterritoriais, principalmente com relação à concentração de capitais e fundiária.

2 OS AGROCOMBUSTÍVEIS CONSOLIDANDO O MODELO DO AGRONEGÓCIO

Historicamente as políticas agrícolas republicanas demonstraram a centralidade do Estado na implementação de diretrizes de desenvolvimento que trilharam os caminhos da expansão da propriedade privada da terra, da produção agropecuária de larga escala, da industrialização da agricultura, subordinada aos interesses do capital industrial e financeiro.

Em meados do século XX, a agricultura cumpriu o papel fundamental no processo de urbanização e industrialização nacional mediante: a geração das divisas necessárias para aquisição dos equipamentos que garantiriam a concretização da industrialização; o fornecimento de força de trabalho para a indústria emergente, garantindo a formação e ampliação do exército de reserva de força de trabalho; o abastecimento dos mercados urbanos com produtos agrícolas como forma de garantir preços acessíveis aos trabalhadores e para não onerar os custos da atividade industrial, mediante a exigência de necessidade de ajustamentos dos salários.

Até os anos 1960, a maioria dos trabalhadores expropriados morava em colônias de famílias nas fazendas e gozava de certos benefícios – como a moradia e o usufruto da terra. A partir dos anos 1970, as colônias foram derrubadas e a produção agrícola resultava da exploração do trabalho contratado de trabalhadores (os *bóias frias*) residentes nas periferias das cidades. Nos anos 1990, o agronegócio investiu mais em mecanização e dependia menos da colheita manual. Estamos diante, portanto, de um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura (OLIVEIRA, 1997).

Na década de 1970, o mundo vivenciou a crise internacional do petróleo. Em face dos conflitos bélicos no Oriente Médio e especulação realizada por parte dos países produtores, o preço do barril do petróleo atingiu, no mercado internacional, patamares vertiginosos. O Brasil investiu em ciência e tecnologia e desenvolveu pioneiramente os motores de combustão a álcool. Foi criado em 1975 o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que tentou ser um pacote fechado de produção de álcool combustível a partir do processamento da cana-de-açúcar, com investimentos no desenvolvimento rural, na indústria automobilística e no sistema de distribuição de combustíveis.

Esta é a forma de desenvolvimento inerente à agricultura capitalista ou agronegócio. De um lado, na medida em que as corporações se territorializam ocorre a expulsão dos trabalhadores do



campo, concentrando-os na cidade, onde estarão fadados a constituírem-se em força de trabalho para a indústria, comércio, serviços ou para a agricultura capitalista na condição de empregados temporários. Mediante uma relação capitalista pura, o capitalista-proprietário de terras, acumula concomitantemente o lucro da atividade industrial e agrícola, além da renda da terra. O campo assume a marca da monocultura e a concentração de terra se intensifica, aumentando a expropriação.

Este modelo ao mesmo tempo em que promove a produção de riquezas gera a desigualdade em intensidade, profundidade e escala maiores. A modernização da produção promove a ampliação do desemprego, desencadeando forte êxodo rural, favelização e exclusão dos direitos fundamentais.

A questão agrária, por sua vez, passa a apresentar novos componentes de análise e compreensão, que na maioria dos casos decorrem das políticas neoliberais que têm conduzido à: substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável; difusão da concepção de alívio da pobreza rural; e deslocado do Estado para o mercado a atribuição da resolução de problemas estruturais do campo brasileiro, a exemplo da reforma agrária com a criação das políticas de crédito fundiário.

Diversos pesquisadores procuram estabelecer um marco de consolidação do agronegócio brasileiro, principalmente do setor a jusante. Para Delgado (2010) o marco de constituição da agroindústria implementou-se no final da década de 1960. O autor salienta, contudo, que esse fato foi impulsionado, substancialmente, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), responsável pelo financiamento da demanda da indústria de insumos, principalmente modernos, a taxas de juros negativas; pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), na segunda metade da década de 1970, que direcionou os investimentos agrícolas e estreitou os laços do setor com a indústria, e pela situação cambial favorável, que proporcionou a importação dos insumos ainda não produzidos internamente.

Nessa linha geral de análise, a evolução da estrutura do agronegócio brasileiro, associada às tendências estruturais de seus agregados, permite afirmar que a consolidação da jusante é um processo permanente que veio se acentuando notoriamente, em termos relativos, de 1975 a 1990. Contudo, dimensionar a estrutura e configuração regional do agronegócio brasileiro é uma tarefa difícil, face principalmente a sistemática de divulgação (temporalidade/ periodicidade) e agregação dos dados (setorial e macrorregional).

No período de 1959 a 1970, o processo de modernização da agricultura tornou-se ainda mais evidente à medida que a participação do montante cresceu de 5,14% para 7,51%, em virtude do incremento do consumo de máquinas e insumos modernos. Observa-se também na jusante que o

produto agroindustrial do agronegócio de 1959 a 1970 teve incrementada significativamente sua participação relativa de 22,90% para 32,36% - em razão da diversificação das exportações agroindustriais, internalização da produção de insumos (montante) e substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas, tais como petróleo, as destinadas à fabricação de papel e outros -, podendo-se afirmar que suas indústrias, denominadas tradicionais, perderam espaço para setores mais dinâmicos.

A partir de 1995 vem ocorrendo um processo de desconcentração regional do agronegócio brasileiro, principalmente com a expansão para as regiões de fronteira agrícola, ocasionando uma mudança interna das regiões, com a ocupação das terras de Cerrado, seja o de Minas Gerais, do oeste da Bahia, do sul do Maranhão ou do Brasil Central. Essa ocupação dos Cerrados, em parte, vem como decorrência do abandono da plantação em regiões tradicionais. Em termos reais, segundo dados das Contas Nacionais do IBGE, a média de crescimento anual do PIB da agropecuária foi de 5,3% no período 1999-2003. No mesmo período, a participação da agropecuária no total do PIB brasileiro saltou de 8,3% para 9,9%. Exposta à competição internacional desde o início dos anos 90, a agropecuária brasileira intensificou muito a produtividade dos fatores de produção (trabalho, terra e capital) no período mais recente.

O modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela sociedade contemporânea nas últimas décadas tem demonstrado seu esgotamento em distintas dimensões como a econômica, política, ambiental. Diariamente as principais corporações globais da comunicação difundem o agravamento de problemas em curso advindos do aquecimento global, a finitude dos combustíveis fósseis (em particular do petróleo) e seus efeitos para o agravamento dos problemas climáticos em todo o planeta. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil ao redor do mundo têm alertado contra a agroenergia e seus impactos sobre a Soberania Alimentar.

O controle de sistema agroalimentar mundial constitui um dos principais componentes da globalização. Os efeitos das políticas neoliberais no campo, a expansão da agrobiotecnologia, a proliferação dos acordos de livre comércio, incluindo a luta contra um acordo sobre agricultura na OMC, foram as forças catalisadoras de um movimento camponês internacional (como a Via Campesina). Do mesmo modo, a resistência dos povos originários vem fortalecendo-se frente à privatização dos recursos e ecossistemas naturais em territórios indígenas.

O entendimento de parte dos movimentos socioterritoriais e estudiosos do campo brasileiro e mundial é que a matriz energética assentada nos combustíveis fósseis, que está em fase de esgotamento, não implica apenas numa transição energética, mas, numa transição estrutural que perpassa a valorização econômica do campo porque este espaço vai se constituir no principal



fornecedor de matéria-prima para a produção de energia. Assim, há uma defesa para que os camponeses devam buscar sua inserção em cadeias produtivas de agrocombustíveis (esquecendo do fato de que são monopolizadas por corporações nacionais e transnacionais), para tirar vantagens na produção de agrocombustível, principalmente biodiesel, para garantir sua existência. Os camponeses organizados em cooperativas dedicadas à produção de agrocombustíveis deveriam combinar a produção de energia (soberania energética) com produção de alimentos (soberania alimentar).

Este movimento tem alterado substancialmente a correlação de forças, a importância e o sentido da luta pela reforma agrária, das empreendidas pelos movimentos sociais no campo, já que a questão mais relevante em tempos de agroenergia tende a ser, mesmo entre os entusiastas do modelo, “os termos nos quais será definida a competição por terra agriculturável (e água) entre os cultivos de energia e os de alimentos no mundo” (BROWN, 2006). Este novo embate (re)define os termos da questão agrária no século XXI.

Na essência da questão agrária reside a disputa entre a classe dos capitalistas e a classe camponesa, a disputa pelo controle do espaço e a consequente implantação de formas de produção e exploração diferenciada, tornando-a uma questão essencialmente territorial, logo, geográfica, histórica e econômica.

Um ponto importante a ser considerado neste estudo, com base nas discussões dos pesquisadores da Rede Dataluta, se refere ao debate paradigmático para se compreender os pensamentos que as disputas por modelos de desenvolvimento pelo agronegócio e agricultura camponesa. Compreende-se que as políticas de desenvolvimento são sustentadas por teorias, paradigmas que promovem o processo de construção do conhecimento através da práxis intelectual e política em coletivos de pensamento se organizam para produzir suas interpretações das realidades (FERNANDES, 2016, p. 32).

Assim, nas leituras sobre a reforma agrária, nos detemos nas transformações da agricultura e nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Distinguimos basicamente dos paradigmas que explicam esse movimento recente do campo e seus referenciais explicativos: o capitalismo agrário e a questão agrária.

O *paradigma da questão agrária* tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Seus defensores entendem que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, do modo que a luta contra o capitalismo e a perspectiva de construção de outra sociedade. Este paradigma está configurado em duas tendências: a proletarista,

que tem como ênfase as relações capital e trabalho, entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; e a campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.

Para o *paradigma do capitalismo agrário*, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista.

Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato (FERNANDES, 2016, p. 33).

Contudo, a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares. Ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Os camponeses ainda têm sido lembrados, com uma frequência nada desejável, como os pobres do campo ou trabalhadores laboriosos. Entretanto, é oportuno considerar que os camponeses no Brasil têm sido, efetivamente, os responsáveis pela maior parte da oferta de alimentos básicos para a população, conforme foi registrado pelo Censo Agropecuário de 2006, perfazendo 88% do total de estabelecimentos rurais do país e produzindo em apenas 32% da área total ocupada, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos, entre outros produtos, e ainda abrangendo 79% do total do pessoal ocupado no campo.

Contudo, o modelo hegemônico de desenvolvimento econômico brasileiro historicamente tem se caracterizado pela manutenção da concentração da riqueza, que envolve a concentração da terra e do poder. A marca mais importante deste processo é a aliança entre setores do agronegócio com empresas petroleiras, automotivas, de biotecnologia, mineração, infraestrutura e fundos de investimento. Nesse cenário, não existe nenhuma contradição desses setores com a oligarquia latifundista, que se beneficia da expansão do capital no campo e do abandono de um projeto de reforma agrária. Nesse contexto, a produção de agrocombustíveis tem provocado mudanças no uso do solo, com a expansão dos monocultivos, da mineração, das grandes barragens, e outros projetos de controle de recursos energéticos, que estão na raiz do problema.



3 A PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEL EM MINAS GERAIS: CONCENTRAÇÃO DA TERRA E A COFLITUALIDADE NAS LUTAS SOCIAIS

No processo recente sobre a expansão recente da produção de agrocombustível em Minas Geras, contextualizamos o processo hegemônico de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, o papel da política pública e o movimento de concentração e internacionalização de capitais e de terras para a produção de cana de açúcar (CLEPS JR., 2015).

Neste avanço do monocultivo da cana-de-açúcar, de acordo com os dados da última safra (2015/16) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Estado de Minas Gerais ocupa a 3ª posição da área plantada (811, 2 mil ha.) do total do país atinge 8.995,5 mil hectares, sendo superado por São Paulo, estado que ainda ocupa predominantemente mais da metade da área (4.678,7 mil ha.) e Goiás (908,0 mil hectares).

As mudanças socioespaciais na região do Triângulo Mineiro pelos monocultivos da cana começaram a partir de 1993 com o anúncio de investimentos dos alagoanos Tércio Wanderley, Triunfo, João Lyra e Carlos Lyra. O Grupo Carlos Lyra possui 2 unidades em Minas Gerais (Unidade Caeté S/A – Unidade Volta Grande e Unidade Delta), sendo que as outras 3 unidades do Grupo estão concentradas em Alagoas. O Grupo Coruripe possui 1 no Nordeste – uma das maiores da região – e 3 instaladas em Minas Gerais: Iturama, Campo Florido e Limeira do Oeste.

No novo “boom” de expansão canavieira as formas de produção ocorrem por meio da substituição de áreas de cultivos de alimentos ou da expansão da fronteira agrícola envolvendo áreas de preservação ambiental. Na situação de substituição de áreas de cultivos de alimentos pelas plantações de cana pode ocorrer de três formas, através da incorporação de terras os chamados fornecedores, arrendadores ou parceiros, de acordo com as orientações das representações dos produtores. Os chamados fornecedores são identificados, em sua maioria, como grandes proprietários de terras, atuantes em diversas regiões canavieiras do país. Normalmente, se encontram organizados em associações, como como exemplo da CANACAMPO, Associação dos Fornecedores de Cana de Campo Florido, no Triângulo Mineiro, que representam o elo entre os produtores/fornecedores de cana e a Usina Coruripe. O arrendador é aquele que cede ou aluga seu imóvel através de um contrato agrário, no qual se obriga a ceder, por tempo determinado ou não, o uso do imóvel rural junto ao arrendatário. O parceiro é aquele que cede o uso do imóvel com participação nos lucros e prejuízos em geral em prazos de contratos que variam entre 6 ou 7 safras.

No quadro 1 podemos associar os processos analisados, notadamente nas formas em que o capital se territorializa através da concentração econômica gerando a conflitualidade. Por meio dos

dados observamos os principais empreendimentos sucroenergéticos estabelecidos em Minas Gerais, que perfazem cerca de 48 unidades em funcionamento (UDOP, 2013), verificamos a participação de empresas e grupos tradicionais do segmento canavieiro, bem como de capitais nacionais recentes e de multinacionais do setor agroalimentar mundial, concentrados regionalmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com mais da metade dos empreendimentos, cerca de 33 unidades. A maior parte (mais de 30 unidades) dos empreendimentos do Estado foi instalada entre 2000 a 2008.

Quadro1: Minas Gerais - Empreendimentos do Setor Sucroenergético (2013)

Nome	Localização	Razão Social
Adecoagro	Monte Belo	Usina Monte Alegre Ltda.
Agropéu	Pompéu	Agropéu Agroindústria de Pompéu S/A
Alcana	Nanuque	Alcana Destilaria de Álcool de Nanuque S/A
Alpha	Cláudio	Destilaria Alpha Ltda.
Alvorada	Araporã	Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.
BambuÍ	BambuÍ	Total Agroindústria Canavieira Ltda.
Bevap	João Pinheiro	Bioenergética Vale do Paracatu S/A
Bioarueira	Tupaciguara	Bioenergética Aroeira Ltda.
Biosev	Lagoa da Prata	Biosev S.A.
Braspart	Santo Hipólito	Braspart Bioenergia Usina da Glória Ltda.
Bunge - Unidade Frutal	Frutal	Bunge - Unidade Frutal - Usina Frutal Açúcar a
Bunge - Unidade Itapagipe	Itapagipe	Bunge - Unidade Itapagipe - Usina Itapagipe
Bunge - Unidade Santa Juliana	Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana S/A
Cabrera Energética	Limeira do Oeste	Central Energética Açúcar e Álcool S/A
Cachoeira	Tupaciguara	Destilaria Cachoeira Ltda.
Cerradão	Frutal	Usina Cerradão Ltda.
CEV	Veríssimo	Central Energética de Veríssimo Ltda.
CMAA - Floresta do Lobo	Uberlândia	Cia. Energ.de Açúcar e Álcool do Triângulo M.
CMAA - Vale do Tijuco	Uberaba	Cia. Energ. de Açúcar e Álcool Vale do Tijuco L
Coruripe - Filial Campo Florido	Campo Florido	Usina Coruripe Açúcar e Álcool – C. Florido
Coruripe - Filial Carneirinho	Carneirinho	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Carneirinho
Coruripe - Filial Iturama	Iturama	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Iturama
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Limeira
Damfi	Canápolis	Damfi - Destilaria Antonio Monti Filho Ltda.
Dasa	Serra dos Aimorés	Dasa Dest. de Álcool Serra dos Aimorés S/A
Delta Sucroenergia	Delta	Usina Caeté S/A - Unidade Delta
DVPA	Paracatu	Destilaria Vale do Paracatu Agroenergia Ltda.
Ituiutaba	Ituiutaba	Ituiutaba Bioenegia Ltda.
Jatiboca	Urucânia	Cia. Agrícola Pontenovense
Jatiboca - São Pedro dos Ferros	São Pedro dos	Destilaria Jatiboca Ltda.
Junivan - Senhora de Oliveira	Senhora de Oliv.	Destilaria Junivan S/A
LDC-SEV - Unidade Lagoa da Prata	Lagoa da Prata	LDC Bioenergia S/A
Mendonça	Conquista	Usina Mendonça Agroind. e Comercial Ltda.
Passos	Passos	Usina Açucareira Passos S/A
Patos de Minas	Patos de Minas	Agroindustrial Patos de Minas Ltda.
Rio do Cachimbo	João Pinheiro	Destilaria Rio do Cachimbo Ltda.
Rio Grande	Fronteira	Destilaria Rio Grande S/A
Santa Vitória	Santa Vitória	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.
Santo Ângelo – USA	Pirajuba	U.S.A. - Usina Santo Ângelo Ltda.
São Judas Tadeu	Jaíba	Sada Bioenergia e Agricultura Ltda.
Triálcool	Canápolis	Laginha Agro Industrial S/A - Unidade Triálcool

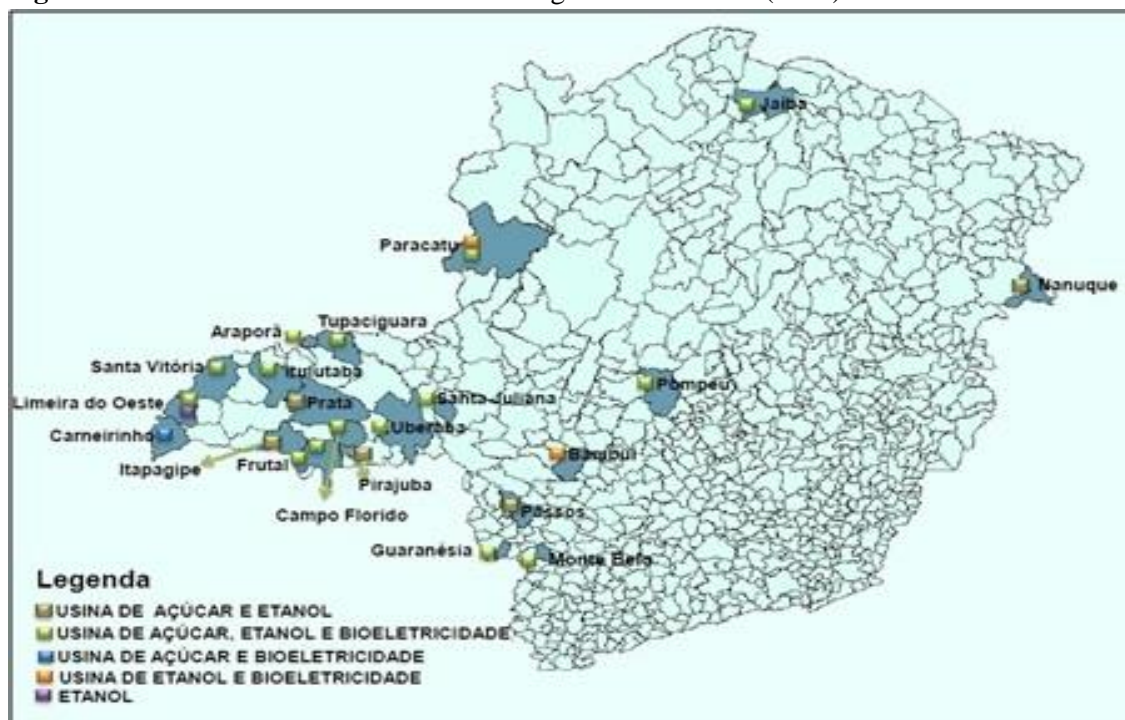
Uberaba	Uberaba	Usina Uberaba S/A
União de Minas	União de Minas	União de Minas Agroindustrial Açúcar e Álcool
Usina Araguari	Araguari	Usina Araguari Ltda.
Vale do Paranaíba	Capinópolis	Laginha Agro Industrial S/A-Unid. V.Paranaíba
Vale do São Simão	Santa Vitória	Companhia Energética Vale do São Simão
Volta Grande – Conc. Alagoas	Conc. das Alagoas	Usina Caeté S/A - Unidade Volta Grande
W.D.	João Pinheiro	WD Agroindustrial Ltda.

Fonte: União dos Produtores de Bioenergia (UDOP/SUCRAL), 2013

Além dos processos econômicos ocorridos no setor canavieiro nos anos recentes principalmente pelas aquisições e fusões (processo a ser descrito no item seguinte), soma-se o fenômeno recente de busca de terra pelos capitais estrangeiros. A estrangeirização, em termos econômicos, implica no processo importante de geração de concentração econômica na agricultura, valorização e monopólio das terras, desviando a questão da concentração fundiária e favorecendo o monopólio da terra.

A maior dinamicidade apresentada pelo setor sucroenergético em Minas Gerais no início do século XXI contribuiu para a forte tendência de atração de novos investimentos nacionais e internacionais. Na busca por maior competitividade, uma alternativa recente encontrada pelas empresas do setor foi à estratégia de auferir receitas não operacionais por meio, por exemplo, da atividade de cogeração de energia elétrica (proveniente da própria cana-de-açúcar), e que está sendo fulcro de políticas públicas (HERSEN *et al.*, 2011).

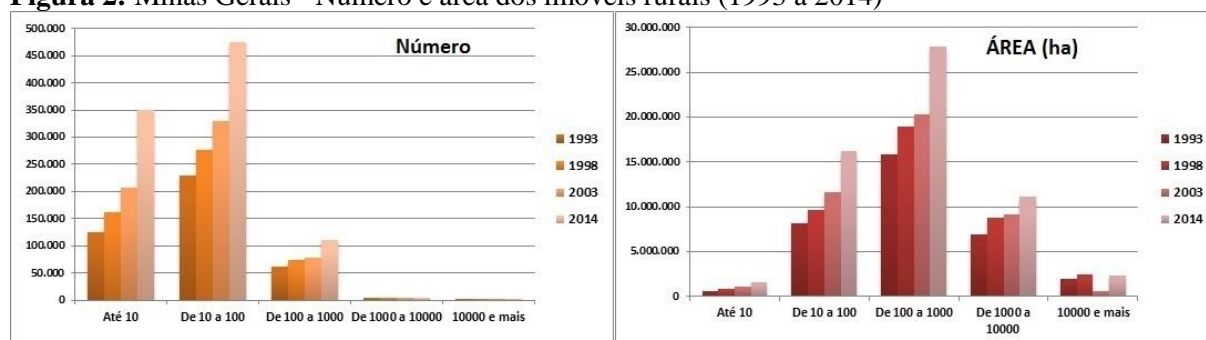
Figura 1: Minas Gerais - Unidades Sucroenergéticas Instaladas (2014)



Fonte: SIAMIG (2014)

Na figura 1 e são representadas as 24 unidades sucroenergéticas instaladas em Minas Gerais em 2014, onde é possível verificar a forte presença de usinas de produção de açúcar e álcool produtoras de bioeletricidade, perfazendo 16 unidades concentradas na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Um fator importante na localização dos empreendimentos canavieiros é a presença estratégica nos territórios de um sistema viário e baixo custo da terra, e sobretudo pela grande disponibilidade hídrica (THOMAZ JR, 2012). No caso das unidades sucroenergéticas do Triângulo Mineiro, observa-se a sua concentração em torno das bacias dos rios principais, como o Rio Grande (divisa com o Estado de São Paulo) e Paranaíba (divisas com os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul). (CLEPS JR., 2016).

Figura 2: Minas Gerais - Número e área dos imóveis rurais (1993 a 2014)



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. Org. CLEPS JR. (2016).

Os índices de Gini de Minas Gerais e das 12 regiões que a compõem apresentam grau elevado de concentração da terra tendo concentração muito forte na região Norte de Minas, acompanhando o índice médio do Estado. Conforme se verifica na Tabela 1, houve pouca alteração em nível regional de 1993 a 2014, praticamente em todas as regiões os índices se mantiveram elevados, na sua maioria sofreram ligeira elevação no período. Não é possível tirar conclusões mais precisas, pois seria necessário combinar outras informações como, por exemplo, a forma como tem ocorrido a divisão das terras nos diferentes estratos de tamanho dos imóveis rurais. Mesmo assim, as análises feitas e as conclusões extraídas são válidas ao nível regional. Contudo, verifica-se que apesar de situarmos geograficamente um Estado desenvolvido em termos de agricultura e indústria, não implica num ordenamento fundiário equilibrado, mas heterogêneo em termos de regiões, exemplos principalmente do Norte do estado e o Triângulo Mineiro. Em tais regiões, grande parte dos conflitos envolvem a ocupação intensiva das terras pelo agronegócio, a demarcações de territórios quilombolas e a criação de assentamentos rurais são parte de uma mesma questão cuja explicação tem origem nos problemas de distribuição e posse da terra.



Tabela 1: Minas Gerais – Índice de Concentração de Gini, segundo as mesorregiões (1993, 1998, 2003, 2011 e 2014)

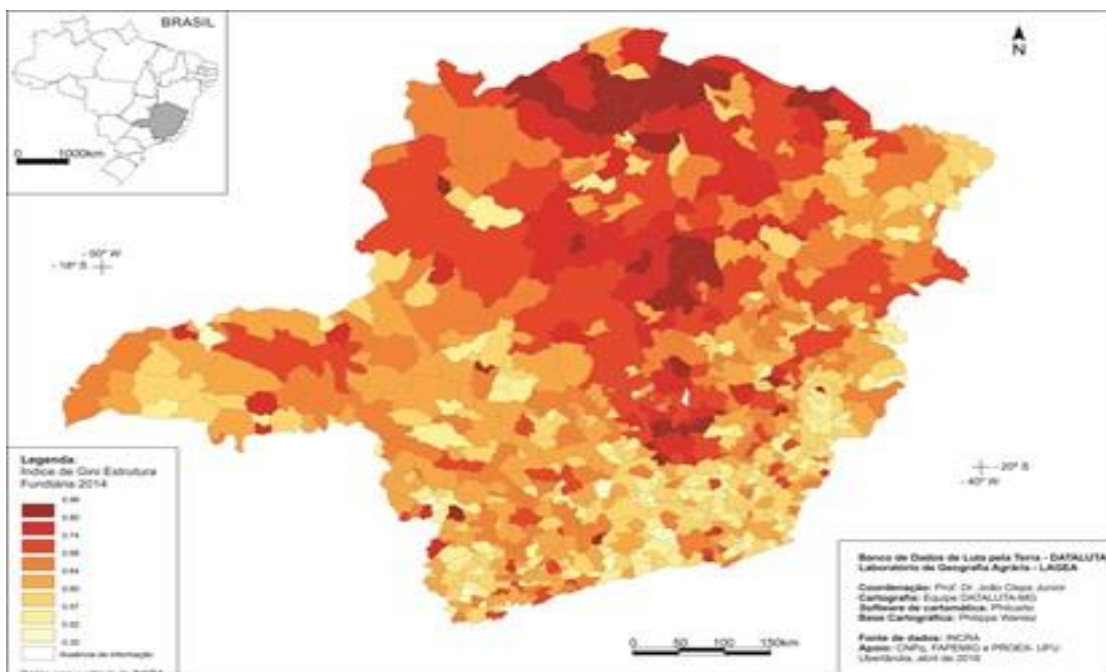
Mesorregião Geográfica	1993	1998	2003	2011	2014
Campo das Vertentes	0,573	0,582	0,557	0,567	0,578
Central Mineira	0,661	0,667	0,669	0,662	0,668
Jequitinhonha	0,657	0,649	0,642	0,645	0,654
Metropolitana de Belo Horizonte	0,671	0,682	0,674	0,670	0,684
Noroeste de Minas	0,656	0,655	0,656	0,657	0,667
Norte de Minas	0,744	0,748	0,710	0,712	0,719
Oeste de Minas	0,607	0,610	0,602	0,606	0,617
Sul/Sudoeste de Minas	0,606	0,610	0,597	0,603	0,614
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0,613	0,628	0,620	0,624	0,635
Vale do Mucuri	0,616	0,620	0,615	0,636	0,649
Vale do Rio Doce	0,642	0,642	0,618	0,614	0,63
Zona da Mata	0,569	0,578	0,566	0,581	0,593
Índices do Estado	0,745 *	0,754	0,741	x	x

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

* índice de 1992. Base de Dados: INCRA/Estatísticas Cadastrais (vários anos).

Na figura 3 é representada espacialmente os níveis de concentração fundiária das regiões mineiras atuais (2014), onde o processo tende a ser mais intenso nas regiões Norte, Noroeste e Triângulo Mineiro, conforme apontado anteriormente, além de sua associação com os territórios com maior grau de conflitividade do Estado de Minas Gerais.

Figura 3: Minas Gerais, Índice de Gini dos municípios (2014)



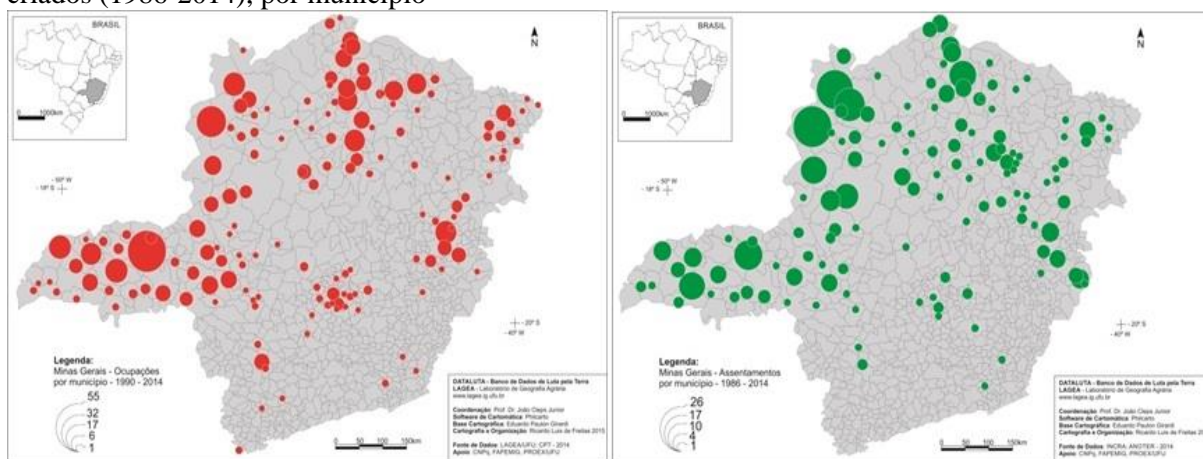
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

Org. FREITAS (2016).

Neste processo de avanço das indústrias canaveiras um outro aspecto importante a ser considerado são as conflitualidades aqui simbolizadas e espacializadas por meio das ocupações de terras e demais formas de lutas sociais que manifestam no território. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato e a questão agrária, por sua vez, passa a apresentar novos componentes de análise e compreensão, que na maioria dos casos decorrem das políticas neoliberais que têm conduzido à substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável; difusão da concepção de alívio da pobreza rural; e deslocado do Estado para o mercado a atribuição da resolução de problemas estruturais do campo brasileiro, a exemplo da reforma agrária com a criação das políticas de crédito fundiário.

Assim, a política de reforma agrária foca os territórios com maior nível de conflitos, além de regiões escolhidas pelos movimentos sociais como mais propícias para a desapropriação, devido à maior disponibilidade de terras com aptidão agrícola que estejam descumprindo sua função social (Figuras 4 e 5). Em Minas Gerais, no período de 1985 a 2014 foram criados 411 assentamentos rurais, na maioria localizados nas regiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro com área total desapropriada que atingiu pouco mais de 1 milhão de hectares no período 1986-2014. Na sua maior parte (85 % do total), os projetos foram criados entre 1996 a 2010.

Figuras 4 e 5: Minas Gerais – Geografia das Ocupações de terras (1990-2014) e Assentamentos Rurais criados (1986-2014), por município



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014.

Uma comparação dos índices de Gini dos municípios que tiveram maior número de assentamentos rurais criados no Estado confirma que as políticas de reforma agrária do período não alteraram na concentração da terra dos municípios e regiões analisados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas políticas públicas no Brasil, tem sido amplamente valorizado o agronegócio, modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora, e voltada para a integração com os mercados alimentares e de exportação. Esta hegemonia do agronegócio projeta o maior enfraquecimento do campesinato com o aumento do número de agricultores com renda insuficiente para sua sobrevivência.

A expansão da produção canavieira nacional e mineira voltada para a produção de agrocombustível tem acelerado o processo de concentração de terras e o desemprego rural pela mecanização, com o deslocamento de agricultores familiares das terras onde ocorre a incorporação pela compra, além da substituição de culturas como da soja e as pastagens (como registrado na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e das próprias áreas remanescentes de Cerrados. No “boom” de expansão canavieira nos cerrados mineiro as novas plantações ocorrem através da substituição de áreas de cultivos de alimentos, envolvendo áreas de preservação ambiental.

Em âmbito econômico a territorialização do capital canavieiro nos anos recentes principalmente pelas aquisições e fusões, somando-se ao fenômeno recente de busca de terras pelo capital estrangeiro. A crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e do poder econômico e político do agronegócio.

A expansão do capital sucroenergético, além da conflitualidade, tem acelerado a concentração de terras e o desemprego rural pela mecanização uma vez que o processo de produção agrícola é praticamente mecanizado, com o deslocamento de agricultores camponeses familiares das terras onde ocorrem a incorporação pela compra, além da substituição de culturas como as alimentares, as pastagens tradicionais e áreas remanescentes de Cerrados.

Assim, o monopólio da terra pelo capital que gera a conflitualidade, mas gera também um processo contraditório de contrarreforma agrária empreendido pelo capital e as disputas territoriais (luta pela desconcentração fundiária) promovida pelos agentes sociais em luta, principalmente pelos movimentos camponeses. A nova face da questão agrária, importante aspecto a ser considerada na Reforma Agrária, é que na conjuntura atual latifundiários, governos e agronegócio estão juntos e em defesa do modelo hegemônico de desenvolvimento, baseado na concentração do poder, de capitais e principalmente das terras, conforme verifica-se no presente estudo.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, N. L., **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2014.

CLEPS JR., J. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa In: **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 35-54.

CLEPS JR., J. Políticas de produção e expansão de agrocombustíveis no Brasil e os efeitos nas áreas de Cerrados de Minas Gerais. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** Havana: Cuba, 2015.

CLEPS JR., J. et al. Análise da estrutura fundiária de Minas Gerais: um balanço de duas décadas (1993-2014). IN: **Boletim Dataluta**, Pres. Prudente: NERA-UNESP, maio de 2016.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. M. Atualidade da reforma agrária brasileira. In: **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Leonice Aparecida de Fatima Alves Mourad (Org.). Porto Alegre: Evangraf, 2016.

HERSEN, A. et al. Concentração na agroindústria canavieira mineira durante as safras 1996/1997 a 2005/2006. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 13, n. 3, p. 303-316, 2011

DATALUTA. **Relatório DATALUTA - Minas Gerais 2014**.Uberlândia, MG, 2015. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>. Acesso em 20 de julho de 2016.

MENDONÇA, M. L. Monopólio da terra e produção de agrocombustíveis. In: **Direitos Humanos no Brasil 2010** - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Brasília, 2010, p. 56-63.

OLIVEIRA, A. U. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** Havana: Cuba, 2015.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A Agroindústria Canavieira e a Crise Econômica Mundial**. Relatório 2012, 40p. Disponível em <<http://www.social.org.br>>.

THOMAZ JR., A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria canavieira no Brasil e os impactos no movimento sindical. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 13, fev., p. 65-96, 2012.

Recebido em setembro de 2016
Aprovado em novembro de 2016

